

do Ministério das Finanças e da Administração Pública, transferida, ao abrigo da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, para o quadro de pessoal da Inspecção-Geral do Ambiente e do Ordenamento do Território, com efeitos a partir de 15 de Maio de 2007.

26 de Abril de 2007. — A Directora de Serviços Administrativos e Financeiros, *Ana Veríssimo*.

Instituto do Ambiente

Aviso n.º 9650/2007

Nos termos do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, faz-se público que se encontram afixadas nas instalações deste edifício as listas de antiguidade reportadas a 31 de Dezembro de 2006 relativas aos funcionários dos quadros de pessoal da ex-Direcção-Geral do Ambiente e do ex-Instituto de Promoção Ambiental, geridos por este Instituto.

24 de Abril de 2007. — A Directora de Serviços Administrativos e Financeiros, *Ana Paula Figueiredo dos Santos Rodrigues*.

Despacho (extracto) n.º 9923/2007

Por despacho de 22 de Janeiro de 2007 do presidente do Instituto do Ambiente, atendendo à vacatura do lugar de chefe de divisão do Gabinete de Sistemas e Tecnologias de Informação do Instituto do Ambiente por aposentação do anterior titular e à situação de reestruturação em que se encontra o Instituto do Ambiente e tornando-se necessário assegurar as tarefas inerentes àquele cargo, foi nomeado, nos termos do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, republicada com a redacção actual pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, chefe de divisão do Gabinete de Sistemas e Tecnologias de Informação, em regime de substituição, com efeitos a 1 de Fevereiro de 2007, o licenciado António Manuel Veiga dos Santos Caldeira, técnico especialista de informática do grau 3, nível 2, pertencente ao quadro de pessoal do Instituto da Água.

20 de Abril de 2007. — A Directora de Serviços Administrativos e Financeiros, *Ana Paula Figueiredo dos Santos Rodrigues*.

Despacho n.º 9924/2007

Por despacho de 15 de Fevereiro de 2007 do presidente do Instituto do Ambiente, foram delegadas na vice-presidente, Doutora Maria Margarida Cardoso Rodrigues da Silva, as competências conferidas ao presidente pela Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, republicada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, bem como as que lhe são atribuídas no n.º 3 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 113/2003, de 4 de Junho, à excepção das alíneas *c*) e *h*), relativamente aos serviços afectos a esta vice-presidente por despacho interno.

O presente despacho produz efeitos a partir da data da sua publicação, considerando-se, porém, ratificados todos os actos entretanto praticados pela vice-presidente que se incluam no âmbito desta delegação de competências.

23 de Abril de 2007. — A Directora de Serviços Administrativos e Financeiros, *Ana Paula Figueiredo dos Santos Rodrigues*.

Despacho n.º 9925/2007

Por despacho de 15 de Fevereiro de 2007 do presidente do Instituto do Ambiente, foram delegadas na vice-presidente, engenheira Maria Fernanda Coelho Santiago, as competências conferidas ao presidente pela Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, republicada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, bem como as que lhe são atribuídas no n.º 3 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 113/2003, de 4 de Junho, à excepção das alíneas *c*) e *h*), relativamente aos serviços afectos a esta vice-presidente por despacho interno.

O presente despacho produz efeitos a partir da data da sua publicação, considerando-se, porém, ratificados todos os actos entretanto praticados pela vice-presidente que se incluam no âmbito desta delegação de competências.

23 de Abril de 2007. — A Directora de Serviços Administrativos e Financeiros, *Ana Paula Figueiredo dos Santos Rodrigues*.

Despacho (extracto) n.º 9926/2007

Considerando que o arquitecto Luís Filipe da Silva Morbey cessou, a seu pedido, a comissão de serviço que vinha exercendo no cargo de director de serviços para o Acesso à Informação e Participação do Cidadão, com efeitos a 1 de Abril de 2007, e revelando-se necessário assegurar o normal funcionamento do serviço, torna-se necessário

proceder à nomeação de nova chefia para a referida Direcção, em regime de substituição.

Assim, por despacho de 30 de Março de 2007 do presidente do Instituto do Ambiente, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, republicada em anexo à Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, foi nomeada, em regime de substituição, a assessora principal do quadro de pessoal do ex-IPAMB, gerido por este Instituto, Dr.ª Maria do Carmo Gonçalves Crespo Viana Correia da Cunha, no cargo de directora de serviços para o Acesso à Informação e Participação do Cidadão deste Instituto, com efeitos a 1 de Abril de 2007.

A nomeada tem o perfil pretendido para prosseguir as atribuições e objectivos do serviço e é dotada da necessária competência e aptidão para o exercício do cargo.

23 de Abril de 2007. — A Directora de Serviços Administrativos e Financeiros, *Ana Paula Figueiredo dos Santos Rodrigues*.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 9927/2007

Nos termos e ao abrigo das disposições conjugadas do artigo 3.º do Decreto Regulamentar n.º 56/2007, de 27 de Abril, do n.º 3 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 208/2006, de 27 de Outubro, e ao abrigo do n.º 3 do artigo 2.º e dos artigos 18.º e 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, são nomeados, em comissão de serviço, para exercer os cargos de subdirectores-gerais da Direcção-Geral das Actividades Económicas os licenciados Nuno Miguel Cardoso Pereira Lúcio e António José Ruas Mira dos Santos.

As presentes nomeações fundamentam-se na experiência profissional dos nomeados e na reconhecida aptidão para o desempenho das funções inerentes aos cargos, tal como atesta, de resto, a nota relativa aos seus currículos académicos e profissionais, que são publicados em anexo ao presente despacho.

O presente despacho produz efeitos a 7 de Maio de 2007.

7 de Maio de 2007. — O Ministro da Economia e da Inovação, *Manuel António Gomes de Almeida de Pinho*.

Nota curricular

Nuno Miguel Cardoso Pereira Lúcio.

Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito de Lisboa

Carreira e actividade profissional:

Subdirector-geral da Direcção-Geral da Empresa, desde 16 de Fevereiro de 2004;

Subdirector-geral da Direcção-Geral das Relações Económicas e Internacionais e da Direcção-Geral da Indústria, desde 25 de Março de 2003;

Subdirector-geral da Direcção-Geral das Relações Económicas Internacionais, desde Dezembro de 2000;

Director de serviços das Organizações Internacionais Económicas da Direcção-Geral das Relações Internacionais do Ministério da Economia, desde Janeiro de 1999;

Técnico superior da Direcção-Geral dos Assuntos Europeus do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Experiência profissional:

Participação em diversas reuniões internacionais no quadro da União Europeia (política industrial, política energética, política comercial comum e relações externas, política de integração), do GATT e da OMC (negociações sobre serviços financeiros e telecomunicações, conferência ministerial, conselho geral, conselho e serviços); Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico (conferência ministerial, comércio, investimento) e Nações Unidas/CDS;

Participação em várias cimeiras bilaterais, comissões mistas e outras reuniões com países terceiros;

Representante do Ministério dos Negócios Estrangeiros no Grupo de Altos Funcionários da Iniciativa Eureka;

Intervenção como orador em diversos seminários dedicados à União Europeia, à Organização Mundial do Comércio, relações externas e política industrial;

Colaborador ocasional do CENAD (Centre for European Negotiation and Decisionmaking);

Colaborou com o Gabinete Jurídico do Centro de Estudos Municipais, Autárquicos e Regionais.

Nota curricular

António José Ruas Mira dos Santos.
Licenciatura em Engenharia Electrotécnica.
Carreira profissional:

Director regional da Economia de Lisboa e Vale do Tejo, em comissão de serviço desde 1 de Dezembro de 2004;

Director de serviços de Comércio e Serviços, nomeado por despacho do director regional da Economia de Lisboa e Vale do Tejo, Janeiro a Dezembro 2004;

Director de serviços de Dinamização Empresarial, nomeado em comissão de serviço, por despacho do Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Economia, e coordenador do sector do comércio da DRELVT, de acordo com despacho do director regional, 1999-2004;

Técnico superior da DRELVT, em regime de destacamento, nas áreas de informação e informática, 1990-1991;

Técnico superior do Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento, exercendo funções na Divisão de Informação, 1987-1989;

Técnico superior do Serviço de Promoção ao Investimento e Análise de Projectos do IAPMEI, integrando equipa pluridisciplinar de análise e acompanhamento de projectos, 1983-1987.

Experiência profissional específica:

Responsável pela coordenação das actividades dos serviços da DRELVT em matéria de licenciamento, fiscalização e controlo metroológico no âmbito da actividade industrial, da actividade de pesquisa e exploração das massas minerais, do comércio e dos serviços, do turismo e energia;

Responsável pela gestão da estrutura de apoio técnico ao Programa Operacional Regional quer na vertente dos recursos humanos, quer dos recursos financeiros;

Representante, nomeado da DRELVT, nas comissões técnicas de acompanhamento, para o ordenamento do território, visando a elaboração de legislação e regulamento dos respectivos PDM dos concelhos da área de actuação desta Direcção Regional;

Coordenador da equipa técnica responsável sobre o ordenamento do território na DRELVT;

Responsável pela elaboração de pareceres sobre diversos diplomas;

Coordenador dos serviços do comércio da DRELVT;

Responsável pela implementação de acordos de cooperação e parcerias na área da informação, nomeadamente na esfera do POE, com as associações empresariais regionais (NERSANT, AIRO, AERLIS e AERSET).

Secretaria-Geral

Aviso n.º 9651/2007

Por despacho de 23 de Abril de 2007 do director do Gabinete de Estratégia e Estudos, é nomeada, precedendo concurso, técnica profissional especialista principal da carreira de técnico-profissional do quadro de pessoal do Gabinete de Estudos e Planeamento do ex-Ministério da Indústria e Energia a técnica profissional especialista do mesmo quadro de pessoal Ana Maria do Carmo Guerreiro Marques Lopes, ficando posicionada no escalão 5, índice 360, considerando-se exonerada do lugar anterior com efeitos a partir da data do despacho, após aceitação da nova categoria. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

27 de Abril de 2007. — O Secretário-Geral, *Mário Silva*.

Declaração n.º 105/2007

Por ter havido repetição de publicação anula-se o aviso n.º 6340/2007, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 68, de 5 de Abril de 2007, a p. 8922.

20 de Abril de 2007. — O Secretário-Geral, *Mário Silva*.

Declaração n.º 106/2007

Por ter havido repetição de publicação anulam-se os avisos n.ºs 6341/2007 e 6342/2007, publicados no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 68, de 5 de Abril de 2007, a p. 8922.

20 de Abril de 2007. — O Secretário-Geral, *Mário Silva*.

Declaração n.º 107/2007

Por ter havido repetição de publicação anula-se o aviso n.º 6340/2007, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 68, de 5 de Abril de 2007, a p. 8922.

20 de Abril de 2007. — O Secretário-Geral, *Mário Silva*.

Declaração n.º 108/2007

Por ter havido repetição de publicação anula-se o aviso n.º 6338/2007, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 68, de 5 de Abril de 2007, a pp. 8920 e 8921.

20 de Abril de 2007. — O Secretário-Geral, *Mário Silva*.

Louvor n.º 250/2007

Tendo cessado funções, por motivo de aposentação, a chefe de secção Laurentina Ferreira da Silva é justo prestar-lhe público louvor pelo zelo, competência, capacidade de trabalho e extrema dedicação com que exerceu as funções que lhe foram atribuídas.

Com efeito, a chefe de secção Laurentina Ferreira da Silva, ao longo de mais de 33 anos de dedicação à causa pública, sempre demonstrou um sentido inequívoco de profissionalismo que, aliado à sua competência e às relações humanas que soube manter, são bem merecedoras de público elogio, permanecendo um sentimento comum de elevada consideração e estima.

30 de Abril de 2007. — O Secretário-Geral, *Mário Silva*.

Direcção-Geral do Turismo

Aviso n.º 9652/2007

Por despacho do Secretário de Estado do Turismo de 7 de Maio de 2007, foi confirmada a utilidade turística, a título prévio, ao Meliá Ria Hotel & Spa, de 4 estrelas, que Hotti Aveiro — Hotéis, S. A., pretende levar a efeito no Cais da Fonte Nova, lote 5, em Aveiro.

A referida utilidade turística será concedida nos termos dos artigos 2.º, n.ºs 1 e 2, 3.º, n.º 1, alínea a) (com a redacção dada pelo artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 38/94, de 8 de Fevereiro), 5.º, n.º 1, alínea a), 7.º, n.ºs 1 e 3, e 11.º, n.º 1, todos do Decreto-Lei n.º 423/83, de 5 de Dezembro, e nos termos do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 38/94, de 2 de Fevereiro, valendo pelo prazo de sete anos contado a partir da data da emissão da licença de utilização turística pela Câmara Municipal de Aveiro em 29 de Dezembro de 2005, ficando nos termos do disposto no artigo 8.º do citado diploma sujeita ao cumprimento dos seguintes condicionamentos:

a) O empreendimento deverá manter as exigências legais para a classificação definitiva atribuída: hotel de 4 estrelas;

b) A empresa não poderá realizar sem prévia autorização da Direcção-Geral do Turismo e conhecimento da Comissão de Utilidade Turística quaisquer obras que impliquem alteração do empreendimento.

De acordo com o n.º 4 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 423/83, de 5 de Dezembro (com a redacção introduzida pelo artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 38/94, de 8 de Fevereiro), conjugado com o artigo 22.º daquele diploma, a Comissão é de parecer que a empresa proprietária e exploradora do empreendimento fique isenta, relativamente à propriedade e exploração do mesmo, das taxas devidas ao Governo Civil e à Inspecção-Geral das Actividades Culturais por um prazo correspondente ao legalmente estabelecido para efeitos de isenção de imposto municipal sobre imóveis (IMI) — sete anos —, nos termos do disposto no artigo 43.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 215/89, de 1 de Julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 198/2001, de 3 de Julho, conjugado com o n.º 6 do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de Novembro, a contar da data de abertura do empreendimento ao público, isto é, de 29 de Dezembro de 2005 a 29 de Dezembro de 2012.

14 de Maio de 2007. — Pela Comissão de Utilidade Turística, a Subdirectora-Geral do Turismo, *Teresa Monteiro*.

2611015526

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Conselho Superior de Obras Públicas e Transportes

Louvor n.º 251/2007

No final da presidência no Conselho Superior de Obras Públicas e Transportes, louvo Maria Irene Lopes da Cunha Vieira por ter sempre revelado excepcional zelo, grande dedicação, elevada competência profissional, capacidade de trabalho e permanente dispo-